23 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Mudou de mãos

Terminou ontem o mandato de dois anos dos desembargadores que compunham o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Com isso, nova eleição deve ser convocada pelo presidente Paulo Roberto Vasconcelos e, até lá, seis substitutos serão nomeados para cuidar dos recursos que aguardam decisão. Entre eles está a reclamação criminal interposta pelo auditor fiscal José Luiz Favoreto Pereira, por suspeita de usurpação de competência já que o nome do deputado estadual Tiago Amaral (PSB) e do secretário estadual Ratinho Júnior (deputado estadual pelo PSC afastado) foram citados. O pedido foi acatado liminarmente por Luiz José Neiva de Lima Vieira, que suspendeu o trâmite da ação penal da fase 2 da Operação Publicano. Ele solicitou a remessa dos autos, em trâmite na 3ª Vara Criminal de Londrina, para seu gabinete, mas será analisada por seu substituto. A assessoria de imprensa do TJ disse que não há prazo para a eleição ocorrer.

23 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Com novo relator, STJ nega liberdade para Favoreto

Loriane Comeli
Reportagem Local

O ministro Rogério Schietti Cruz, da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indeferiu pedido de liminar em habeas corpus (HC) impetrado pela defesa do auditor José Luiz Favoreto Pereira, seu irmão Antônio Pereira Júnior e sua cunhada Leila Maria Raimundo Pereira. Os três foram indiciados em inquérito da terceira fase da Operação Publicano, que apura a existência de um esquema de corrupção e cobrança de propina na Receita Estadual de Londrina.

A decisão do ministro ainda não foi publicada, mas a negativa já era esperada porque foi ele a levantar divergência na sessão da 6ª Turma que levou à cassação de liminar que garantia ao auditor Orlando Coelho Aranda o direito de responder em liberdade ao processo da Publicano 1.

Cruz discorda do entendimento do então ministro relator dos HCs da Publicano, Sebastião Reis Júnior, que concedeu liberdade a todos os auditores investigados em Londrina. Para o novo relator, a súmula 691 do Supremo Tribunal Federal (STF) dever ser respeitada, ou seja, o STJ não pode conceder liminar em HC cujo mérito não tenha sido julgado no tribunal de origem, neste caso, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

Em relação a este HC de Favoreto, o TJ negou liminar na semana passada e ainda não analisou o mérito. Portanto, para Cruz, o STJ não pode analisá-lo ou conceder liberdade ao investigado. Favoreto e seu irmão foram presos em 8 de outubro e estão na unidade um da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 1). Leila está foragida.

SALÁRIOS EM DIA

Mesmo acusados de envolvimento no esquema de corrupção, os auditores fiscais continuam recebendo os seus salários normalmente. Orlando Aranda, por exemplo, que voltou esta semana para a prisão, recebeu em setembro R$ 28,2 mil.

No Portal da Transparência do governo do Paraná os auditores aparecem "em atividade", vinculados à Coordenadoria da Receita Estadual (CRE), embora todos tenham sido afastados administrativamente das funções. O ex-inspetor geral de arrecadação Márcio Albuquerque de Lima recebeu no último mês R$ 28,2 mil, o mesmo valor do delator do esquema, Luiz Antonio de Souza, que permanece preso na PEL 1.

Recentemente, preso pelo Gaeco, em Cornélio Procópio, o ex-delegado da Receita em Londrina Marcelo Muller Melle segue ganhando R$ 30,8 mil por mês. E um dos maiores salários pertence a Roberto Keniti Oyama, afastado há 12 anos por outro caso de corrupção e também processado na Publicano: R$ 31,4 mil.

23 OUT 2015
FOLHA DE LONDRINA

Júri de Carli filho é marcado para janeiro

Acusado da morte de dois jovens em um acidente automobilístico em 2009, ex-deputado responde por crime doloso eventual

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O júri do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado da morte de Gilmar de Souza Yared, de 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20, em um acidente automobilístico em 2009, em Curitiba, foi marcado para os dias 21 e 22 de janeiro de 2016, às 9 horas. O despacho com a data foi emitido na última terça-feira pelo juiz Leonardo Bechara Stancioli, e a informação, confirmada ontem pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

A expectativa pela marcação do julgamento vinha desde o início desta semana, quando terminou o prazo para a indicação das cinco testemunhas. No caso da defesa, Stancioli determina, na peça, que as oitivas ocorram por carta precatória, uma vez que os nomeados moram em São Paulo (SP). Carli Filho responde pelo crime de homicídio doloso eventual (quando o envolvido, mesmo sem querer efetivamente o resultado, assume o risco). Na época, um exame no hospital mostrou que o então parlamentar tinha 7,8 decigramas de álcool por litro de sangue. Como o procedimento foi feito enquanto ele estava desacordado, porém, acabou desconsiderado pela Justiça.

O advogado Gustavo Scandelari, um dos responsáveis pela defesa do ex-deputado, entretanto, argumenta que o julgamento não pode acontecer antes da análise dos recursos interpostos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os agravos dizem respeito a supostas irregularidades no processo. "O exame de alcoolemia feito no sangue dele (Carli) foi declarado ilícito pelo TJ, que mandou riscar os trechos descrevendo essas provas dos autos. Ocorre que o Código de Processo Penal, em seu artigo 157, determina que as provas ilícitas devem ser retiradas, e não simplesmente riscadas. A defesa está confiante de que deve haver primeiramente a decisão do STJ sobre isso", afirmou.

A acusação, representada pelo advogado Elias Mattar Assad, entende o contrário: que não há motivo para suspender o caminho natural do processo. "Esses agravos não têm efeito suspensivo. O conteúdo já foi repelido pelo Tribunal. Então, em última análise, o que eu tenho a dizer para a sociedade, em especial para as famílias do Paraná e do Brasil, é que hoje (ontem) é um dia muito especial, histórico, porque reafirma a tese do dolo eventual. Espero que, ao invés de protelar o júri, a defesa compareça e explique suas razões para os jurados, de forma a liquidar esse assunto de uma vez. Outra coisa: que ele (Scandelari) leve seu cliente no dia, para que não tenhamos uma cadeira vazia".

De acordo com Assad, a deputada federal Christiane Yared (PTN), mãe de uma das vítimas, foi arrolada como testemunha de acusação. Ela escreveu, em sua conta na rede social Facebook, que o julgamento será um divisor de águas.

23 OUT 2015
FOLHA DE LONDRINA

Réus por exploração sexual trocam prisão por tornozeleira

Empresário de Cambé é mais um a utilizar o dispositivo eletrônico e responderá acusações em liberdade

Rafael Fantin
Reportagem local

O empresário Antônio Crippa Neto, investigado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no esquema de exploração sexual de adolescentes, deixou a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) no início da tarde de ontem após aproximadamente quatro meses de detenção. Ele foi levado até o Centro de Reintegração Social de Londrina (Creslon), onde recebeu a tornozeleira eletrônica para monitoramento e responderá a quatro processos em liberdade. Depois da instalação do equipamento, Crippa Neto deixou a unidade pelos fundos para evitar o contato com a reportagem da FOLHA, que aguardava a saída do réu.

O empresário foi preso preventivamente pela segunda vez neste ano, em junho, durante as investigações do Gaeco após ser solto, em abril, por causa de um habeas corpus. Segundo o advogado de defesa, Mario César Carvalho Pinto, a prisão preventiva se sustenta quando o acusado pode fugir ou atrapalhar o processo com a coação das vítimas. "Esse não é o caso do meu cliente. Ele é réu primário, tem residência fixa e se apresentou todas as vezes que foi chamado. Por isso, a defesa entrou com pedido para o benefício da tornozeleira eletrônica", explicou. De acordo com o advogado, outros réus investigados no esquema de exploração sexual já receberam tornozeleiras eletrônicas e também aguardam o julgamento em liberdade. A reportagem não conseguiu confirmar com a direção do Creslon quantos presos no escândalo utilizaram o dispositivo.

Pinto ainda informou que a instrução processual não tem data prevista para começar em nenhum dos quatros casos em que Crippa Neto é réu. "Existem algumas limitações com o benefício da tornozeleira, como a permanência nos perímetros de Cambé, onde ele reside, e Londrina por causa das audiências. Além disso, o réu não pode se ausentar da residência entre as 22h30 e 5h30, tem que se apresentar à Justiça uma vez por mês e fica proibido de qualquer contato com envolvidos e vítimas nos processos", acrescentou.

430 TORNOZELEIRAS

O diretor do Creslon, Reginaldo Peixoto, informou que aproximadamente 430 tornozeleiras eletrônicas são monitoradas em 16 cidades da região de Londrina. Por dia, entre cinco e 10 equipamentos são instalados na unidade, que também retira, em média, três tornozeleiras eletrônicas, diariamente, de pessoas que já cumpriram a pena. Peixoto lembrou que houve um aumento de 30% neste mês no pedido por tornozeleiras eletrônicas após o início das audiências de custódia em Londrina. "Em até 24 horas, os presos na cidade passam pela audiência e o juiz pode determinar a instalação da tornozeleira eletrônica. Assim, o acusado responde pelo crime em liberdade", comentou.

23 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

É preciso ouvir as mulheres

No mesmo dia em que o Ministério Público do Paraná (MP-PR) realizava uma audiência pública, em Curitiba, para falar sobre o papel do Estado no auxílio às vítimas de estupro, em Brasília, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, seguia caminho contrário. Por ampla maioria, a CCJ aprovou o projeto de lei 5.069/2013, de autoria do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que dificulta o acesso ao aborto legal e o primeiro atendimento às vítimas de violência sexual, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria, na verdade, é mais ampla e estabelece penas específicas para quem induzir ou orientar gestantes ao aborto.

De uma maneira geral, o projeto proíbe a venda de meios abortivos e pune quem facilitar a prática do aborto. Também prega a necessidade de exame de corpo de delito para atendimento pelo SUS em caso de estupro. A ideia de Cunha, que é um dos políticos denunciados na Operação Lava Jato, é bastante criticada por parlamentares contrários ao projeto e por grupos de defesa dos direitos das mulheres. No Brasil, o aborto é permitido e pode ser feito na rede pública em três casos: quando a gestante corre risco de morrer, quando a gravidez resulta de estupro ou a gestação for de feto anencéfalo. A proposta estabelece prisão de seis meses a dois anos para quem induzir a gestante a fazer aborto ou auxiliá-la na prática. A pena se amplia para profissionais de saúde.

As estatísticas de ocorrência de estupro no Brasil mostram que o assunto não pode ser tratado de baixo para cima, sem ouvir s mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 47.646 estupros em 2014 - um caso de estupro a cada 11 minutos. Mas esse número deve ser maior, pois trata-se de um crime com grande taxa de subnotificação. Há estudos internacionais apontando que apenas 35% das vítimas prestam queixas.

Foi justamente tentando encorajar as vítimas a registrarem esse tipo de crime que o MP realizou a audiência pública no maior bairro da capital paranaense, a Cidade Industrial de Curitiba (CIC). O MP ainda lembrou que as mulheres devem procurar o serviço de saúde em até 72 horas depois da ocorrência para se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez indesejada.

Enquanto o projeto não entra na pauta da Câmara, é importante analisar as consequências dele, sendo uma delas o retrocesso a um direito já adquirido e garantido às mulheres.

23 OUT 2015
FOLHA DE LONDRINA

STF pede bloqueio de contas de Cunha na Suíça

Lorenna Rodrigues e Gustavo Aguiar
Agência Estado

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki determinou o bloqueio e o sequestro dos recursos mantidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), em contas na Suíça - no total de 2,4 milhões de francos suíços ou R$ 9,6 milhões. A decisão atende a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os procuradores temiam que, com a transferência da investigação para o Brasil, o dinheiro fosse desbloqueado e pudesse ser movimentado.

Com o sequestro, os recursos serão depositados numa conta judicial e ficarão indisponíveis até o fim do processo.

O pedido de novo bloqueio dos recursos foi apresentado pela PGR na sexta-feira passada. São duas contas, uma em nome de Cunha e outra da mulher do deputado, Cláudia Cordeiro Cruz, no banco Julius Baer. "Há a possibilidade concreta de que ocorra o desbloqueio das contas, com a consequente dissipação dos valores depositados nas contas bancárias estrangeiras", disse o órgão no pedido.

O processo foi transferido para a PGR por autoridades suíças já que o presidente da Câmara é brasileiro, está no País e não poderia ser extraditado para a Suíça.

No pedido, o procurador-geral da República em exercício, Eugênio Aragão, diz que não há dúvidas em relação à titularidade das contas. "Há cópias de passaportes - inclusive diplomáticos - do casal, endereço residencial, números de telefones do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto", diz. Seu patrimônio estimado, à época da abertura da conta, era de aproximadamente US$ 16 milhões.

REPRESENTAÇÃO

Após tentar sem sucesso recolher assinaturas de líderes dos 28 partidos na Câmara para um manifesto pelo afastamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da Presidência da Casa, o deputado Sílvio Costa (PSC-PE) entrou ontem com uma representação na Procuradoria-Geral da República pelo afastamento do peemedebista de suas funções. O deputado, que é líder do governo na Casa, faz questão de ressaltar que a ação tem motivação pessoal, como parlamentar, e nenhuma orientação do Palácio do Planalto. Costa alega que Cunha tem usado o cargo para atrasar as investigações sobre seu caso. Ele é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro e suspeito de esconder contas na Suíça. Além disso, o deputado menciona ainda o fato de Cunha estar segurando o andamento de seu processo de cassação, que está parado na Mesa Diretora. "Ao exercer a Presidência da Câmara tem chantageado outros poderes e submetido a Casa às suas próprias vontades o que, ao nosso sentir, fere a ordem pública", afirma Costa na representação, na qual ainda completa que Cunha "vem praticando atos na presidência com o claro sentido de ocultar ou eclipsar as denúncias contra si oferecidas".

Na quarta-feira, mais um partido pediu o afastamento do peemedebista do comando da Câmara. O PDT, em nota na Executiva Nacional, defendeu formalmente que Cunha deixe suas funções, juntando-se ao PSOL, Rede e à oposição. Os deputados da oposição, embora tenham defendido em nota divulgada há quase duas semanas o afastamento do peemedebista do cargo que ocupa na Casa, têm mantido conversas com ele nos bastidores, com a intenção de não inviabilizar o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, que depende, num primeiro momento, de Cunha. **(Com Folhapress)**

23 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Toffoli defende registro único dos brasileiros

Gustavo Aguiar
Agência Estado

Brasília - O ministro Dias Toffoli, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), defendeu ontem o projeto de lei do Registro Civil Nacional (RCN). A proposta vem sendo criticada por associações de cartórios e outras entidades, que enviaram pareceres à comissão especial na Câmara questionando a inconstitucionalidade da lei.

O projeto, apresentado ao Congresso pelo Executivo em coautoria com o TSE, prevê unificar os dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil a partir do cadastro biométrico realizado pela Justiça Eleitoral, incluindo outras informações biográficas ou biométricas em outras bases de dados da Justiça.

"Esse projeto está sendo encaminhado pela Justiça. Estamos absolutamente seguros da constitucionalidade dele", afirma Toffoli. "Sei de pareceres contrários à medida e que foram enviados à comissão, mas esta é uma avaliação de alguns professores; mas não é a de seis eminentes ministros do TSE." O deputado Júlio Lopes (PP-RJ), relator do projeto, questiona a segurança do sistema.

Para ele, o gasto público é desnecessário, já que o Cadastro de Pessoa Física (CPF) já garante as necessidades de identificação no Brasil. "O gasto previsto para emissão de novas identidades, de R$ 2 bilhões, não condiz com o momento de crise em que vive o País", afirma.

Além disso, o deputado diz que o RCN fere a privacidade. "Entidades importantes como associações de bancos, sindicatos das polícias federais e tribunais de justiça, além de renomados juristas, se põem frontalmente contra o projeto", contesta.

Toffoli rebate destacando a eficiência do registro biométrico para assegurar a identificação dos brasileiros no processo eleitoral.O custo do TSE por eleitor, quando o sistema for universal, será de 18 centavos por eleitor, segundo o ministro. A previsão é que isso aconteça em 2020. "O País já está fazendo esse investimento a baixíssimo custo, e todo esse esforço não pode ser desperdiçado", argumenta.

23 OUT 2015

GAZETA DO POVO

TJ manda soltar 7 policiais da equipe de Recalcatti

Felippe Aníbal e Diego Ribeiro

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) determinou a soltura, na quinta-feira (22), de sete policiais da equipe do delegado Rubens Recalcatti. Eles são acusados de participar da execução de um suspeito de assassinato, ocorrida em abril, em Rio Branco do Sul, na Grande Curitiba. Com isso, os agentes passarão a responder pelo crime em liberdade. Recalcatti havia sido solto na segunda-feira (19).

A libertação dos policiais foi decidida pelo juiz substituto Benjamin Acácio de Moura e Costa. Ele entendeu que as prisões eram desnecessárias e configuravam constrangimento. Costa também assinou a soltura de Recalcatti. "Essas prisões são um absurdo, o que é muito próprio de regimes de exceção. Foi um constrangimento ilegal, reconhecido pelo Tribunal [de Justiça]", disse o advogado Cláudio Dalledone Júnior, que representa os policiais.

Ainda permanece preso Mauro Sidnei do Rosário. Testemunhas disseram que ele teria efetuado um dos disparos que atingiu a vítima. Apesar de, segundo o Gaeco, estar com a equipe de Recalcatti no dia do crime, Rosário não é policial. A defesa dele deve entrar com um pedido de habeas corpus nesta sexta-feira (23).

Depoimentos

Todos os suspeitos de executarem Ricardo Geffer compareceram ao Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na quinta-feira (22) para serem ouvidos. Os sete investigadores chegaram pela manhã, mas se negaram a falar. A explicação da defesa é de que eles não devem se pronunciar antes de os defensores terem total acesso aos autos. O mesmo aconteceu com o suspeito que não é policial civil, Mauro Sidnei do Rosário, que foi ouvido à tarde. Posteriormente, o delegado Rubens Recalcatti prestou depoimento. Sobre o dia da suposta execução, o delegado também ficou em silêncio.

Ao chegar no Gaeco, ele mostrou tranquilidade e até fumou um charuto ao esperar para depor ao lado de seu advogado. O depoimento durou cerca de 50 minutos. Ao sair, ele não conversou com a imprensa. O advogado do delegado, Cláudio Dalledone Júnior, rebateu as acusações contra o delegado e os policiais. "Ele (Recalcatti) investigava uma perigosa quadrilha de pistoleiros, traficantes."

23 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Juiz marca para janeiro o júri de Carli Filho

Naiady Piva e Felippe Anibal

O ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho vai a júri popular nos dias 21 e 22 de janeiro de 2016. Ele é acusado pela morte de Gilmar de Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida em um acidente de trânsito em 2009. O despacho que marcou a data do julgamento foi emitido pelo juiz Leonardo Bechara Stancioli na terça-feira (20). A informação foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) na quinta (22).

O juiz optou por ouvir apenas quem fosse "estritamente necessário" no procedimento, segundo informou o advogado Elias Mattar Assad, assistente da acusação. Além de testemunhas oculares, a mãe de Gilmar, a deputada federal Christiane Yared (PTN), será ouvida como informante. Residentes em São Paulo, as testemunhas da defesa serão ouvidas por carta precatória, segundo consta do despacho. O prazo para indicação de testemunhas se encerrou na segunda-feira (19).

Em paralelo, dois agravos da defesa correm em Brasília, um no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outro no Supremo Tribunal Federal (STF). A defesa alega irregularidades no processo. A principal é que a transcrição do resultado do exame que acusou a embriaguez de Carli persiste em todo o processo, mesmo após ser desconsiderada pela Justiça pelo fato de o sangue do deputado ter sido coletado de forma ilegal. Já Mattar Assad considera que os agravos não vão interferir no júri por não terem "efeito suspensivo" do julgamento. "São matérias que eles já perderam no Paraná e que os tribunais em Brasília já decidiram [com o mesmo entendimento] em outros casos."

Entenda o caso

O acidente que tirou a vida de Gilmar Yared e Carlos de Almeida ocorreu em 7 de maio de 2009. Por volta da 1 hora da madrugada, o Honda Fit conduzido por Gilmar foi atingido pelo Volkswagen Passat de Carli Filho, na esquina das ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorski, no Mossunguê, em Curitiba. Os dois rapazes morreram na hora, e o deputado ficou gravemente ferido.

A defesa do deputado lutou para levar o julgamento ao STJ, em Brasília. Em 2011, o TJ decidiu pelo júri popular. Na mesma ocasião, o tribunal derrubou dois agravantes do processo, o que reduziu uma possível pena, em caso de condenação. O primeiro era de embriaguez — por considerar que as provas foram coletadas de maneira irregular — e o segundo, o fator surpresa.

TRIBUNAIS SUPERIORES

Defesa de ex-deputado vai pedir a suspensão do júri se recursos não foram analisados

A defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho avalia que a data do julgamento pode ser suspensa, caso dois recursos que tramitam em tribunais superiores, em Brasília, não forem apreciados antes do júri popular. Na avaliação do advogado Gustavo Scandelari, os recursos podem mudar o curso do processo. Por isso, diz ele, é imprescindível que eles sejam analisados antes de o réu ser levado a júri. "Se os tribunais superiores não tiverem julgado [os recursos], vamos apresentar um novo pedido, para que o ministro suspenda o julgamento", diz Scandelari. "A análise desses recursos pode fazer até com que o caso não seja de júri popular, se os ministros entenderem que não se tratou de homicídio doloso [com intenção de matar], mas de homicídio culposo [sem intenção]."

23 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Justiça aceita pedido e Suzane Von Richthofen tem progressão para regime semiaberto

A Justiça de São Paulo aceitou o pedido de Suzane Von Richthofen, de 31 anos, para progressão ao regime semiaberto. Ela cumpre pena de 39 anos pelo homicídio dos pais, que ocorreu em 2002, e já cumpriu cerca de 12 anos em regime fechado. Uma decisão da Vara de Execuções Criminais de Taubaté, de agosto de 2014, havia revogado o regime semiaberto para Suzane depois que ela recusou a progressão do regime. Mas a defesa alegou que a jovem se manifestou à época sem assistência jurídica técnica e entrou com recurso.

A decisão também recomenda ao juízo de origem que analise a possibilidade da permanência de Suzane na Unidade Feminina I de Tremembé, onde se encontra atualmente. A votação foi unânime.

23 OUT 2015

GAZETA DO POVO

STF autoriza bloqueio de contas de Cunha

Decisão de Teori Zavascki envolve R$ 9,4 milhões depositados em contas secretas no exterior atribuídas ao presidente da Câmara Federal

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki autorizou na quinta-feira (22) o bloqueio e o sequestro de R$ 9,4 milhões depositados em contas secretas no exterior atribuídas ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e familiares.

A suspeita é de que o dinheiro seja produto de crime, de propina do esquema de corrupção da Petrobras. Relator da Lava Jato no STF, o ministro atendeu a um pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A decisão foi motivada porque, como o Ministério Público suíço transferiu as investigações sobre as contas de Cunha para o Brasil, havia risco de a medida que impedia o acesso do presidente da Câmara aos recursos no exterior perder o efeito, o que permitiria a retomada de transações feitas pelo peemedebista.

O Ministério Público da Suíça identificou quatro contas na Suíça que foram atribuídas a Cunha, sendo que há cópias de documentos do deputado mostrando que ele seria o real beneficiário das contas, tais como passaporte diplomático, endereço de sua casa no Rio de Janeiro, além de assinatura.

O QUE ELE DIZ

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não quis comentar a delação de Fernando 'Baiano' Soares, na qual o delator descreveu aos investigadores como acertou com o peemedebista estratégias para pressionar o lobista Julio Camargo a pagar US$ 16 milhões em propinas atrasadas. "Não sou comentarista de delação", disse Cunha. Segundo a delação de Baiano, houve reuniões na casa e no escritório de Cunha, no Rio, entre 2010 e 2011.

AFASTAMENTO

O deputado Silvio Costa (PSB-PE), um dos vice-líderes do governo, protocolou na Procuradoria-Geral da República, nesta quinta (22), pedido ao procurador Rodrigo Janot para que afaste imediatamente Eduardo Cunha da presidência da Câmara. Costa argumenta que Cunha já está denunciado pelo Ministério Público e que já responde a processo no Conselho de Ética, acusado de quebra de decoro.

As autoridades da Suíça chegaram a bloquear, em abril, 2,469 milhões de francos suíços (R$ 9,6 milhões) de Cunha e de sua mulher, a jornalista Claudia Cruz, sendo 2,3 milhões de francos suíços do deputado (R$ 9 milhões).

Os documentos indicam entradas de R$ 31,2 milhões e saídas de R$ 15,8 milhões, entre 2007 e 2015, em valores corrigidos.

Os depósitos e retiradas foram feitos em dólares, francos suíços e euros. As informações enviadas pela Suíça mostram uma intensa circulação de dinheiro entre as quatro contas, não sendo possível calcular quanto do dinheiro movimentado foi gasto.

Segundo os investigadores, parte do dinheiro movimentado por Cunha tem como origem um contrato de US$ 34,5 milhões assinado pela Petrobras para a compra de um campo de exploração de petróleo em Benin, na África.

De acordo com os documentos, o empresário João Augusto Henriques, lobista que viabilizou o negócio no Benin, repassou 1,3 milhão de francos suíços (R$ 5,1 milhões) a uma das contas atribuídas a Cunha, entre 30 de maio e 23 de junho de 2011.

Os depósitos foram feitos três meses após a Petrobras fechar o negócio na África.

Sem sigilo

Zavascki negou ainda pedido de Cunha para que o inquérito sobre contas no exterior no nome do deputado e de familiares corresse em segredo de Justiça. Na decisão, o ministro argumenta que o sigilo é uma exceção que não se aplica ao caso de Cunha.

23 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Pizzolato deixa a Itália e chega hoje ao Brasil

O ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato embarcou em Milão, por volta das 18h40 (horário de Brasília) da quinta-feira (22), rumo ao aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Ele deve chegar ao Brasil nesta sexta-feira (23), por volta das 6h30.

Pizzolato foi condenado no processo do mensalão, mas fugiu do Brasil para a Itália antes de ser preso. Depois de muitas idas e vindas, a Itália autorizou a extradição dele ao Brasil.

Durante a viagem para o Brasil, o ex-diretor do Banco do Brasil deveria permanecer algemado. Uma equipe da Polícia Federal (PF) o acompanhava. A presença de Pizzolato no voo da TAM, porém, gerou protestos entre parte dos passageiros.

De Guarulhos, Pizzolato seria levado num avião da Polícia Federal rumo a Brasília. Na Penitenciária da Papuda, ele cumprirá o restante da pena de 12 anos e 7 meses por participação no escândalo do mensalão.

Responsável pelo presídio da Papuda, o secretário João Carlos Souto garante que o local onde ficará Pizzolato "é bem razoável" para os padrões do sistema penitenciário brasileiro.

23 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Suzane Richthofen vai para o semiaberto

Justiça acolheu o recurso da defesa da jovem condenada a 39 anos de prisão pelo assassinato dos pais, em 2002

Presa há 13 anos, ela teve a chance de ir para o regime semiaberto em 2014, mas a recusou por 'questões de segurança'

O Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou nesta quinta-feira (22), por unanimidade, um recurso da defesa de Suzane von Richthofen, 31. Ela foi condenada a 39 anos pelo assassinato dos pais, em outubro de 2002.

Presa há 13 anos, agora Suzane vai passar a cumprir pena no regime semiaberto. Em junho de 2011, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou pedido da defesa de Suzane que pleiteava a progressão para o regime semiaberto.

Em agosto do ano passado, Suzane teve a oportunidade de ir para o semiaberto, mas a recusou alegando "questões de segurança".

À época, a Secretaria estadual da Administração Penitenciária informou que Suzane preferiu não aceitar a progressão, pois não queria ser transferida da Penitenciária-1 de Tremembé onde cumpre pena em regime fechado.

A penitenciária não tinha espaço para presos no semiaberto, e Suzane precisaria ser transferida para outra prisão.

Contudo, uma nova ala no presídio foi inaugurada em maio deste ano para abrigar os detentos nesse regime.

O recurso aceito nesta quinta pela Justiça pedia a anulação da decisão do ano passado, que revogava o benefício. A defesa alegou que Suzane se manifestou sem assistência jurídica-técnica. Com a mudança, ela poderá trabalhar durante o dia e terá ao presídio para à noite.

A decisão do tribunal também recomenda que o juízo de origem, a Vara de Execuções Criminais de Taubaté, analise a possibilidade da permanência de Suzane na penitenciária de Tremembé.

HISTÓRICO

Além de Suzane, o namorado dela na época, Daniel Cravinhos, e o irmão dele, Christian, foram condenados pelo assassinato de Manfred e de Marísia von Richthofen. Os irmãos Cravinhos estão no semiaberto desde 2013.

Em março deste ano, a Justiça determinou que a herança da família Von Richthofen seja entregue apenas ao irmão de Suzane, Andreas.

Na sentença, o juiz determinou que ela deveria ser excluída da partilha dos bens por considerá-la "indigna". A herança é calculada em mais de R$ 3 milhões.

Em março deste ano, Andreas falou publicamente pela primeira vez sobre a morte dos pais. Ele deu uma entrevista negando que o pai tivesse desviado recursos da Dersa (empresa de desenvolvimento rodoviário), quando trabalhava na estatal.

O promotor Nadir de Campos Jr. afirmou que Manfred tinha contas na Europa e que a beneficiária era Suzane. O dinheiro seria fruto de desvios de obras do Rodoanel.

Há um ano, Suzane se casou com Sandra Regina Gomes, condenada a 27 anos pelo sequestro e morte de um adolescente. Sandrão, como é conhecida, conseguiu a progressão para o semiaberto em fevereiro deste ano.

23 OUT 2015
FOLHA DE S. PAULO

STF mantém Marcelo Odebrecht preso

Ministro Teori Zavascki alegou que há fortes indícios de que o empresário poderia interferir nas investigações

Na terça, a defesa havia questionado a decisão do juiz Moro de solicitar a 3ª prisão preventiva do presidente do grupo

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA
MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Teori Zavascki negou nesta quinta (22) o pedido de liberdade feito pelo presidente do grupo Odebrecht, Marcelo Odebrecht, preso há mais de 120 dias, acusado de participação no esquema de corrupção da Petrobras.

Na decisão, Teori destacou que há fortes indícios de que o empresário possa interferir nas investigações, por sua posição de relevância no grupo, o que justificaria a manutenção do decreto prisional.

"[A prisão] está justificada em razão da sua posição de liderança, na condição de presidente das empresas do grupo Odebrecht, em tese, orientando as supostas atividades criminosas dos demais corréus, assim como em razão de sua atuação específica em fatos que revelam fortes indícios de interferência nas colheita de provas durante as investigações", afirma o texto.

Na terça (20), a defesa do executivo questionou no STF a decisão do juiz Sergio Moro de solicitar a terceira prisão preventiva e abrir mais uma ação penal contra Odebrecht.

Os advogados alegam que a iniciativa foi motivada apenas para retardar a liberdade do empresário e a extensão a ele do entendimento adotado por Teori, que determinou a soltura do executivo Alexandrino Salles de Alencar, também da Odebrecht, na semana passada.

A defesa do empresário argumentou que a situação que motivou a prisão de Marcelo Odebrecht é a mesma de Alexandrino, portanto, ele também deveria ser solto.

O ministro do STF, no entanto, rebateu o argumento e sustentou que os casos não são semelhantes porque ele considerou que a fundamentação para o pedido de prisão de Alexandrino foi genérica e, por isso, ela não se sustentava.

Teori diz que a situação de Marcelo Odebrecht é diferente e cita, por exemplo, anotações que a Polícia Federal encontrou no celular do executivo que sugerem tentativa de interferir no processo por meios ilegais.

Havia frases como "trabalhar para parar/anular (dissidente PF...)" e menções a um "dossiê". Um dos advogados da Odebrecht, Augusto Arruda Botelho, está sob investigação da PF sob suspeita de ter comprado, de um grupo de policiais que são contrários à Lava Jato, um dossiê para prejudicar as apurações – o que Botelho nega.

Para o juiz Sergio Moro, as anotações sugerem "a responsabilidade direta de Marcelo Bahia Odebrecht sobre os fatos delitivos e sobre os atos de seus subordinados".

Teori alegou ainda que a defesa de Marcelo Odebrecht recorreu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) requerendo liberdade e é preciso aguardar uma avaliação do plenário do tribunal para depois ver se cabe análise do STF.

Na nova ação penal, o Ministério Público Federal acusa Marcelo Odebrecht e três ex-executivos da empresa de pagar R$ 138 milhões de propina em obras da Petrobras.

O ministro também negou a liberdade a outros dois executivos da empresa, Marcio Faria da Silva e Rogério Araújo.

OUTRO LADO

A Odebrecht disse por meio de nota que a recusa do ministro Teori de libertar os executivos da empreiteira "têm caráter estritamente processual". O mérito da prisão só será apreciado no julgamento de habeas corpus, o que só deve ocorrer no futuro.

23 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Deputado do PP citado na Lava Jato é denunciado ao STF

Procuradoria acusa Nelson Meurer pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro

BELA MEGALE
DE SÃO PAULO

A PGR (Procuradoria Geral da República) denunciou na noite desta quinta-feira (22) ao STF (Supremo Tribunal Federal) o deputado Nelson Meurer (PP-PR) e seus filhos Nelson Maurer Júnior e Cristiano Augusto Maurer.

O parlamentar foi denunciado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro enquanto seus filhos foram denunciados pelo crime de corrupção. Ele já é alvo de um inquérito que corre no STF.

Apontado como um dos líderes do PP no esquema de corrupção da Petrobras, Maurer é acusado de ter recebido R$ 500 mil em 2010 como propina para sua campanha para deputado federal.

Os pagamentos teriam sido feitos em forma de doações eleitorais por meio da empreiteira Queiroz Galvão e ordenados por Ildefonso Colares Filho e Othon Zanoide, executivos do grupo.

Eles foram feitos para atender a um pedido do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, segundo a investigação da Polícia Federal.

Os relatórios da Polícia Federal sobre o caso também mostram que durante a maior parte da gestão de Costa na estatal, Meurer recebeu propina oriunda da diretoria de abastecimento da empresa. Ele teria se beneficiado de pagamentos entre os anos de entre 2008 e 2013.

Em uma das ocasiões, o próprio deputado teria ido pessoalmente ao escritório do doleiro Alberto Youssef em São Paulo buscar o dinheiro.

Nesse período, ele também teria recebido remessas de dinheiro que giravam em torno de R$ 150 mil por meio de Rafael Ângulo, "braço direito" de Youssef. O relatório da PF aponta 11 entregas que totalizam R$ 1,65 milhão.

Também há provas de que, a mando de Costa e com a ajuda do doleiro Carlos Habib Chater, Meurer teria recebido propinas de R$ 42 mil em 2009 e R$ 10 mil em 2010 de empreiteiras que fizeram pagamentos para Youssef.

Meurer foi citado nos acordos de colaboração premiada de Costa e de Youssef. O ex-deputado Pedro Corrêa, que está preso em Curitiba e negocia delação, também o citou.

OUTRO LADO

Parlamentar já negou acusações anteriormente

DE SÃO PAULO

O deputado federal Nelson Meurer (PP-PR) e seus filhos Nelson Meurer Júnior e Cristiano Augusto Meurer não foram localizados pela reportagem da **Folha**.

Na ocasião em que Meurer foi citado pelo doleiro Alberto Youssef, que o apontou como um dos beneficiários do esquema de corrupção da Petrobras e um dos líderes do PP na operação, o parlamentar negou qualquer envolvimento com o caso.

23 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Collor recupera carros apreendidos na Lava Jato

STF autorizou senador a guardar veículos de luxo, suspeitos de terem origem ilícita

DE BRASÍLIA - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki autorizou o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) a guardar seus carros de luxo que foram apreendidos pela Polícia Federal, a pedido da Procuradoria-Geral da República, na Operação Lava Jato.

Voltarão para a casa dele uma Ferrari 458, ano 2010, uma Lamborghini Avent Road, ano 2013, uma Land Rover Range Rover, ano 2013/14, e um Bentley Continental Flying Spur, ano 2012. Collor poderá mantê-los até que o STF os requisite novamente.

O Porsche Panamera S, ano 2011, ainda não foi liberado porque depende de solicitação ao STF da empresa em cujo nome o carro está registrado.

A defesa do senador argumentou que os veículos de luxo exigem maiores cuidados de manutenção e conservação, sob pena de perda significativa de valor, e que não se tratam de "bens essenciais à elucidação dos fatos investigados".

O STF investiga se os carros foram adquiridos em operações de lavagem de dinheiro para esconder desvios da Petrobras, por meio de movimentações financeiras de empresas ligadas ao congressista.

O Supremo chegou a autorizar a ampliação de quebras de sigilo bancário para apurar a compra dos veículos.

Collor nega irregularidades e diz que é alvo de perseguição. **(MÁRCIO FALCÃO)**

JC contraponto

Deu branco

Em depoimento à Justiça Federal, nesta quarta, Alberto Youssef detalhou a Sérgio Moro pagamentos de propinas vinculados a contratos de grandes empreendimentos da Petrobras com a Odebrecht. Questionado sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, afirmou:

—Recebi parte da Odebrecht porque, na verdade, o Paulo Roberto Costa destinou parte desses recursos para que fosse resolvido um problema com o governador do Rio na época, o Eduardo Campos.

Ao perceber a confusão, Youssef interrompeu Moro:

—Eduardo Campos, não. É aquele governador que o vice era o Pezão. Não estou lembrando o nome agora.

23 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz do AC decide que blogs têm de ser registrados em cartório

Ao menos 133 blogueiros foram intimados a 'regularizar' situação

MARCELO TOLEDO
DE RIBEIRÃO PRETO

A Justiça do Acre decidiu intimar ao menos 133 blogueiros de Rio Branco para que compareçam ao fórum para "regularizar" sua situação.

A decisão da Vara de Registros Públicos foi baseada em denúncia de um cartório, que alegou, citando uma lei de 1973, que esses blogs, sem o registro, poderiam ficar na clandestinidade.

A lei 6.015/73, em seu artigo 122, diz que jornais, oficinas impressoras, rádios e agências de notícias devem ter registro civil de pessoas jurídicas. Blogs não são citados na norma, até porque não existiam naquele ano.

O cartório, ao apresentar ao juiz Marcelo Badaró Duarte uma lista de blogs e sites sem registro, pediu que fossem multados por isso.

O juiz não aceitou o pedido de aplicação de multa, mas estipulou prazo de 30 dias para que os citados procurassem o cartório para regularizar a situação, o que pode custar até R$ 610 para cada um.

"Quem tiver essa obrigação que a lei diz, que procure o cartório e regularize. Quem não tiver, pode questionar, alegar que tem blog de receita ou de informações pessoais", afirmou o juiz. "Acharam que estávamos querendo controlar a imprensa, censurar, mas não é nada disso. É uma questão meramente cartorial, burocrática."

O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Acre, Victor de Farias, promete entrar com um mandado de segurança para tentar derrubar a exigência. "Se é para cobrar taxa de quem tem blog, tem de cobrar de quem usa redes sociais. São situações semelhantes", disse. "Blog é uma ferramenta pessoal e gratuita."

O blogueiro Altino Machado, um dos notificados, criticou a decisão, em especial o uso do argumento da "clandestinidade": "Pega até mal para a Justiça. Uma lambança patética. A ditadura fazia isso para impedir o surgimento de jornais alternativos, controlar o país. Mas, agora, não faz sentido algum".

23 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

BMW terá que pagar R$ 200 mil à família do cantor João Paulo

DE SÃO PAULO - A Justiça de São Paulo manteve em R$ 200 mil a indenização por danos morais que a BMW terá que pagar à família do cantor sertanejo José Henrique dos Reis, o João Paulo, que fazia uma dupla com o cantor Daniel.

Ele morreu em um acidente de carro em 1997 em Franco da Rocha (Grande SP), na rodovia dos Bandeirantes.

Em 2013, a montadora havia sido condenada em primeira instância a pagar R$ 300 mil por danos morais e pensão à viúva e à filha do artista.

No ano seguinte, em julgamento de recurso da BMW, o desembargador Morais Pucci responsabilizou o cantor e a empresa pelo acidente.

Para Pucci, a perícia no carro não descartou problemas no pneu dianteiro que provocaram o acidente. Ele entendeu, porém, que o cantor também teve responsabilidade devido ao excesso de velocidade.

Insatisfeitas com o resultado do julgamento, mãe e filha recorreram.

A decisão foi mantida, e cada uma receberá R$ 100 mil de indenização, além de um valor relativo aos danos materiais que ainda será calculado.

Pai e filho acusados de matar em briga por R$ 7 são condenados

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM GUARUJÁ - Depois de três dias de julgamento, pai e filho que mataram, em 2012, um rapaz de 23 anos durante uma discussão por R$ 7 em um restaurante em Guarujá (SP) foram condenados a 17 e 14 anos de prisão pelo crime, respectivamente. Presos desde o assassinato de Mário dos Santos Sampaio a facadas, eles não devem recorrer.

Durante o julgamento, José Adão Pereira Passos, 59, que desferiu três facadas no jovem, pediu perdão. Estava sentado ao lado do filho Diego Souza Passos, 26, acusado de ter segurado Mário durante o crime.

Os jurados acolheram a tese do promotor Fábio Perez Fernandes, de assassinato por motivo fútil e emprego de recurso que dificultou a defesa.

O crime ocorreu no último dia de 2012. Morador de Campinas, Mário iria passar a virada de ano com a namorada e amigos no litoral. No momento de pagar a conta, o turista disse que o preço divulgado na entrada tinha sido de R$ 12,99 por pessoa, mas os comerciantes sustentaram que o preço era de R$ 19,99 por pessoa.

MÔNICA BERGAMO

DOSSIÊ VOADOR

O clima entre alguns ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) é de conflagração desde que dois magistrados entraram em rota de colisão: Herman Benjamin e Mauro Campbell. Em disputa, a influência que o grupo de cada um deles pode ter na nomeação de novos integrantes da corte. Há hoje pelo menos uma vaga em jogo, cujo titular será indicado por Dilma Rousseff.

MODA ANTIGA

A disputa vem de longe, e já era intensa quando tanto Benjamin quanto Campbell foram lembrados para ocupar uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal).

23 OUT 2015
FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria estuda pedir o afastamento de Cunha

STF autorizou o bloqueio de R$ 9,6 mi em contas atribuídas ao peemedebista

Teori negou nesta quinta pedido do deputado para que investigações ficassem em segredo de Justiça

GRACILIANO ROCHA
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Após o STF (Supremo Tribunal Federal) autorizar o sequestro de R$ 9,6 milhões depositados em contas na Suíça atribuídas a Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a Procuradoria Geral da República intensificou a busca de provas para instruir um pedido para afastá-lo da presidência da Câmara.

Assessores do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reúnem indícios que apontariam que Cunha utilizou o cargo para atrapalhar os desdobramentos da Lava Jato. Se isso for comprovado, a Procuradoria deverá formalizar o pedido.

Como se trata de medida considerada extremamente delicada e que pode enfrentar grande resistência entre os ministros do STF, isso só será feito se houver prova incontestável de que o deputado utilizou as prerrogativas de presidente para atrapalhar os desdobramentos das investigações.

O resgaste do dinheiro foi solicitado por Janot ao ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, porque ha elementos de que as contas foram abastecidas com propina de contratos da Petrobras.

A medida também é necessária porque as investigações da Suíça sobre Cunha foram transferidas para o Brasil. Com isso, havia o risco do bloqueio feito pelas autoridades daquele país perder efeito, o que permitiria que ele retomasse os valores.

As autoridades da Suíça bloquearam, em abril deste ano, 2,469 milhões de francos suíços (R$ 9,6 milhões). O dinheiro estava em duas contas, uma controlada pelo deputado (R$ 9 milhões) e outra movimentada por sua mulher, a jornalista Claudia Cruz.

O Ministério Público da Suíça identificou quatro contas que foram ligadas ao deputado, com cópia de passaporte diplomático, endereço de sua casa no Rio de Janeiro, além de assinatura. O material embasou a abertura de um novo inquérito para apurar suspeita de envolvimento de Cunha com os desvios na Petrobras.

O objetivo do sequestro é assegurar que, caso fique comprovado que a quantia é produto de crime, como indicou a Procuradoria ao STF, os valores sejam imediatamente incorporados aos cofres públicos. Os recursos serão transferidos para uma conta judicial no Brasil.

"Tem-se como justificada a necessidade da medida requerida, pois efetivamente demonstrada a existência de indícios suficientes de que os valores eram provenientes de atividades criminosas diante da farta documentação apresentada pelo Ministério Público", disse Teori.

O ministro também negou nesta quinta pedido de Cunha para que as investigações sobre as contas ficassem sob segredo de justiça. Com a autorização do STF para investigar Cunha, a mulher e uma das filhas, agora, a Procuradoria vai pedir ao Banco Central informações para saber se o dinheiro no exterior foi declarado. A expectativa é de que a nova investigação tenha um rápido desdobramento.

OUTRO LADO

Cunha não quis se manifestar sobre eventual pedido de afastamento do cargo. Ele tem negado intenção de se afastar do cargo. O advogado de Cunha não foi localizado.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

O mundo de Cunha

23 OUT 2015

SÃO PAULO - Avançou esta semana na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara um projeto de lei do deputado Eduardo Cunha que prevê de um a três anos de detenção para quem "orienta ou instrui a gestante sobre como praticar aborto".

Se essa pérola for aprovada, estará criminalizada a divulgação de conhecimento científico. Médicos, ativistas e jornalistas não poderão mais dizer ou escrever que existem certos compostos, notadamente prostaglandinas como o misoprostol (conhecido no Brasil como Cytotec), que são capazes de provocar o aborto. Curiosamente, o próprio Cunha faz essa revelação na justificativa que escreveu para o seu projeto.

O PL 5.069 não é a única peça capitaneada pelo solerte deputado que busca criar sua sociedade de sonhos, que, para mim, são pesadelos. Ele também apoia o Estatuto do Nascituro, que equipara embriões congelados a criancinhas e lhes dá os mesmos direitos, o Estatuto da Família, pelo qual o casamento só vale se for de homem com mulher, e é autor do projeto que cria o Dia do Orgulho Heterossexual, que, embora não sirva para nada, é pelo menos engraçado.

Quanto mais leio sobre o cisma entre liberais e conservadores, mais me convenço de que estamos diante de visões de mundo com forte componente genético e que geram reações viscerais bastante resistentes a modificação. Quem percebe o aborto como direito da mulher não muda de ideia com facilidade, e quem o considera uma forma particularmente covarde de assassinato tampouco deixa de senti-lo como uma agressão.

Uma vez que não é realista esperar que um lado se dobre ao outro, só resta tentar desarmar o conflito. Na prática, isso implica, até por razões matemáticas, que, em sociedades multiculturais complexas como a nossa, é a posição liberal que deve prevalecer, já que ela autoriza cada grupo a viver segundo seus valores, enquanto a conservadora exige que a sua visão seja imposta aos demais.

23 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

FINALMENTE!

Júri popular de Carli Filho é marcado pra janeiro, quase sete anos após trágico acidente

O ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho vai a júri em 21 e 22 de janeiro de 2016. Ele é acusado pela morte de Gilmar de Souza Yared e de Carlos Murilo de Almeida em um acidende de trânsito, em 2009. O despacho com a marcação do julgamento foi emitido pelo juiz Leonardo Bechara Stancioli e a informação confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) ontem.

Mãe de uma das vítimas fatais do acidente, a deputada federal Christiane Yared (PTN) informou a data do júri popular de Carli Filho em seu Facebook, no começo da tarde. "O ex-deputado dirigia o carro que voou sobre o carro do meu filho, provocando a morte trágica dele e de seu amigo Carlos Murilo. Não queremos vingança, mas justiça", disse ela.

O magistrado optou por ouvir apenas quem fosse "estritamente necessário" no procedimento, segundo informou o advogado Elias Mattar Assad, assistente da acusação. Além de testemunhas oculares, a mãe de Gilmar será ouvida como informante.

DEFESA

Residentes em São Paulo, as testemunhas da defesa serão ouvidas por carta precatória, segundo consta no despacho. Em paralelo, dois agravos da defesa correm em Brasília, um no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outro no Supremo Tribunal Federal (STF).

23 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

Soltos

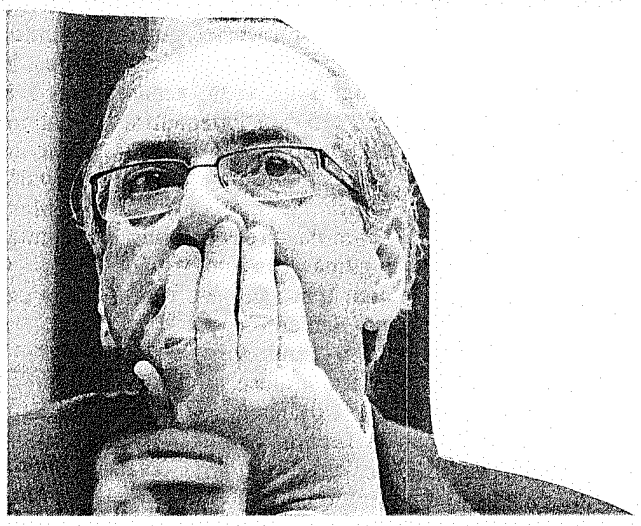
O Tribunal de Justiça do Paraná determinou, no início da noite de ontem, que sete policiais da equipe do delegado Rubens Recalcatti sejam postos em liberdade. Eles são acusados de terem participado da execução de um suspeito, ocorrida em abril, em Rio Branco do Sul. Os agentes passarão a responder pelo crime em liberdade. Recalcatti foi solto na última segunda-feira.

23 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

BUFUNFA BLOQUEADA

Ministro do STF determina sequestro da grana de Eduardo Cunha na Suíça



São quase 10 milhões de dólares em nome do presidente da Câmara.

AE - Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki determinou o bloqueio e o sequestro dos recursos mantidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), em contas na Suíça - no total de 2,4 milhões de francos suíços ou R$ 9,6 milhões.

A decisão atende a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os procuradores temiam que, com a transferência da investigação pro Brasil, o dinheiro fosse desbloqueado e pudesse ser movimentado. Com o sequestro, os recursos serão depositados numa conta judicial e ficarão indisponíveis até o fim do processo.

O pedido de novo bloqueio dos recursos foi apresentado pela PGR na sexta-feira passada. São duas contas, uma em nome de Cunha e outra da mulher do deputado, Cláudia Cordeiro Cruz, no banco Julius Baer. "Há a possibilidade concreta de que ocorra o desbloqueio das contas, com a consequente dissipação dos valores depositados nas contas bancárias estrangeiras", disse o órgão no pedido.

O processo foi transferido para a PGR por autoridades suíças, já que o presidente da Câmara é brasileiro, está no País e não poderia ser extraditado pra Suíça.

No pedido, o procurador-geral da República em exercício, Eugênio Aragão, diz que não há dúvidas em relação à titularidade das contas. "Há cópias de passaportes - inclusive diplomáticos - do casal, endereço residencial, números de telefones do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto", diz. Seu patrimônio estimado, à época da abertura da conta, era de aproximadamente US$ 16 milhões.

23 OUT 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Julgamento de Carli Filho será em janeiro de 2016

Ex-deputado vai responder por homicídio com dolo eventual

Reprodução

A pena máxima de Carli pode chegar a 30 anos de prisão

> *"A decisão é muito emocionante para a família, que lutou tanto para que essa data pudesse chegar. Nós acreditamos que a justiça será feita, para que o Brasil possa ter esperança, porque muitos continuam soltos."*
> Christiane Yared

O julgamento do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho deve acontecer nos dias 21 e 22 de janeiro de 2016, segundo definição da Justiça. Ele é acusado de matar Gilmar Rafael Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida em um acidente de carro no bairro Mossunguê, em Curitiba, em maio de 2009.

A mãe de Gilmar, Christiane Yared, comemorou a notícia. "A decisão é muito emocionante para a família, que lutou tanto para que essa data pudesse chegar. Nós acreditamos que a justiça será feita, para que o Brasil possa ter esperança, porque muitos assassinos continuam soltos, dirigindo e bebendo, e fica por isso mesmo", disse ela.

23 OUT 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

STF decreta sequestro de R$ 9 mi de Cunha

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem (22) o bloqueio e sequestro de 2,4 milhões de francos suíços, equivalentes a R$ 9 milhões, atribuídos ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em contas na Suíça, atendendo ao pedido, feito na semana passada, pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Com o sequestro das contas, a PGR pretende começar a investigar se Cunha e sua família cometeram o crime de evasão de divisas, caracterizado pelo envio ilegal de dinheiro ao exterior sem declaração à Receita Federal. Zavascki decidiu que os valores poderão ser transferidos para o Brasil, e o procurador passa a ter autorização para iniciar as investigações, de acordo com tratado de cooperação assinado com a Suíça.

NOTAS POLÍTICAS

Odebrecht fica

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta quinta-feira habeas corpus ao dono da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, que permanecerá preso no Paraná por tempo indeterminado. Ele tinha pedido extensão do benefício concedido semana passada para libertar o ex-diretor da construtora Alexandrino Salles de Alencar. Também queriam obter o mesmo benefício outros dois executivos da empresa.

Sem acesso

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta quinta-feira (22) um pedido feito por Fábio Luís Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, para ter acesso à delação premiada do lobista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano. No pedido, Fábio Luís diz ter ficado "surpreendido" com reportagem publicada na semana passada no jornal "O Globo", segundo a qual, Baiano disse que pagou despesas para ele no valor de R$ 2 milhões.

Recalcatti deputado

O delegado Rubens Recalcatti deve assumir o mandato de deputado estadual. Ele é primeiro suplente do PSD e o deputado Luiz Carlos Martins, da legenda, deve se licenciar para um tratamento de saúde de três meses. Recalcatti foi preso recentemente pelo Gaeco do Ministério Público que o investiga no caso da morte de um dos assassinos do prefeito de Rio Branco do Sul, João da Brascal, como suspeito de execução, segundo acusações de familiares do assassino.

23 OUT 2015

BEMPARANÁ

Carli Filho

Júri é marcado para janeiro

Depois de mais de seis anos do acidente que matou dois jovens, foi marcado o júri popular do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho. O julgamento deve acontecer nos dias 21 e 22 de janeiro de 2016. Ele é acusado de provocar a morte dos jovens em um acidente de trânsito no dia 7 de maio de 2009. Segundo a acusação, o ex-deputado estaria trafegando a uma velocidade muito acima ao permitido na via e também estaria embriagado.

Na época do acidente, Carli Filho ainda era deputado estadual, mas renunciou. Ele vai responder por homicídio com dolo eventual, ou seja, quando se assume o risco de matar. Sua defesa, contudo, questiona algumas das provas, que teriam sido colhidas irregularmente. A defesa tem dois recursos sobre o caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Crimes dolosos têm penas que variam de 6 a 20 anos de reclusão.

22 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Lewandowski assina acordo com a OEA sobre tratamento penal

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, e o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, assinaram um memorando de entendimento sobre política judiciária criminal e sistema carcerário. A assinatura do acordo foi realizada em Washington (EUA), onde o ministro Lewandowski cumpre agenda oficial.

O acordo CNJ-OEA irá consolidar a cooperação dos dois órgãos no desenvolvimento, na implementação e no intercâmbio de projetos no Brasil e nos demais Estados membros interessados em uma melhor distribuição da Justiça e na concretização de boas práticas relacionadas ao sistema penitenciário e à execução penal. Prioritária para a atual gestão do CNJ, a pauta para a área criminal foi registrada na Portaria CNJ 16/2015, que traz diretrizes de gestão para o biênio 2015-2016.

Segundo o acordo de cooperação, o CNJ e a OEA atuarão para promover medidas alternativas ao encarceramento; audiências de custódia; expansão do acesso à justiça; melhoria da eficiência do Judiciário para reduzir a população penitenciária; informatização dos processos de execução penal; fortalecimento da reinserção social pela melhoria da infraestrutura penitenciária; e capacitação de profissionais, assim como implementação de ferramentas de gestão e planejamento no sistema penitenciário.

Os projetos do CNJ contemplados para o aprimoramento do sistema de Justiça criminal, como audiências de custódia, cidadania nos presídios, saúde nas prisões e o sistema eletrônico de execução unificada, estão sendo indicados como modelos de atuação judicial para as Américas e poderão ser levados para outros países membros da OEA.

22 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Câmara aprova texto-base que mantém rito atual para recursos do STF e STJ

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei 2384/15, do deputado Carlos Manato (SD-ES), que reverte mudanças do novo Código de Processo Civil para tramitação de recursos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os tribunais reclamaram que o novo código aumentaria a carga de trabalho do STF e do STJ. Ainda falta analisar os destaques, que deverão voltar à pauta nesta quarta-feira.

Um dos destaques questiona uma mudança incluída no texto pelo relator, deputado Fernando Coelho Filho (PSB-PE), a pedido do STF e do STJ: a extinção de um recurso criado pelo novo CPC para questionar a aplicação, no caso concreto, das decisões tomadas em repercussão geral ou julgamento de recursos repetitivos. Nesses casos, os tribunais decidem sobre a tese jurídica e a decisão é aplicada a todas as ações similares.

O novo CPC permite que a parte entre com uma reclamação no STF ou STJ para questionar a aplicação das decisões no caso concreto, o que hoje não é possível. Fernando Filho decidiu manter a regra atual e extinguir a possibilidade de reclamação nesses casos, mas há destaques tentando reverter a mudança.

EMBALAGENS CERTIFICADAS INVIABILIZAM ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PARA MOTORISTA

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a recurso de um motorista da Rápido 900 de Transportes Rodoviários Ltda. em pedido de adicional de periculosidade pelo carregamento e descarregamento de tintas, esmaltes, vernizes, solventes e álcool.

Na reclamação trabalhista ele disse que não consta do laudo pericial que os líquidos inflamáveis estivessem armazenados conforme determinam as normas que regulamentam os produtos perigosos. Mas a sentença disse que o objeto do transporte enquadrava-se na hipótese de armazenamento seguro, em embalagens certificadas, de acordo com o item 4, Anexo 2, da NR 16, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.